



territórios negros

ano 6 • nºs 22 e 23 • mar./jun.2006

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

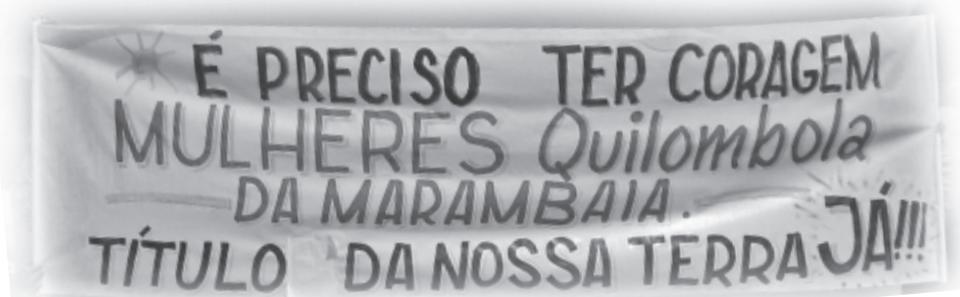
editorial

As ações de mobilização pública, tomadas por iniciativa das próprias comunidades quilombolas, assim como os seminários técnicos promovidos pelo governo Federal, passaram a figurar como os itens mais recorrentes do noticiário sobre o tema. Isso reflete tanto a ampliação da capacidade de articulação do movimento quilombola, quanto a preocupação governamental em responder à uma demanda cada vez mais intensa e qualificada.

No campo da mobilização quilombola, destacam-se as ações em Alagoas e Rio de Janeiro. Em junho, cerca de 500 quilombolas ocuparam o centro de Maceió (AL) exigindo do Incra estadual maior agilidade no processo de titulação de suas terras. No Rio de Janeiro, a articulação da Campanha Marambaia Livre! resultou em um ato público com mais de 100 quilombolas de diversas comunidades do estado no centro de Itacuruçá e na viagem de cerca de 30 quilombolas à Brasília, quando exigiram serem ouvidos por diversos órgãos governamentais. Tais atos repercutiram na grande imprensa e em diversos sites de organizações não-governamentais.

No campo governamental, foram realizados o Encontro Nacional dos Agentes de Regularização de Territórios Quilombolas, o Seminário Economia e Populações Quilombolas e o I Workshop Territórios Quilombolas, todos promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com outros ministérios e/ou entidades civis. Entretanto, as notícias relativas aos processos de regularização fundiária ainda não ganharam o mesmo ritmo.

O que se percebe neste número de Territórios Negros (março - junho) é a ambigüidade governamental diante da situação, como se desse com uma mão, enquanto tira com a outra. Exemplos disso são o conflito entre o Incra e a Marinha, no caso da Marambaia, e a situação da comunidade de Damásio (MA). Nesta, o governo promoveu um programa de financiamento para a compra, por jovens quilombolas, de terras que ficam dentro do território que a comunidade reivindica ser titulado coletivamente. É preciso estarmos atentos para tais diferenças internas ao governo para que possamos qualificar melhor nossas ações e demandas.



Por fim, chamamos atenção para algumas novidades neste informativo. Para facilitar a leitura das notícias, criamos um siglário (lista de siglas com seus significados por extenso) localizado na última página para garantir que os leitores novatos não fiquem perdidos diante de nomes como Incra, Seppir, MDA etc. E para lhes oferecer maiores subsídios, sobretudo no que se refere ao acesso a políticas públicas, passamos a fornecer os contatos dos programas e projetos noticiados.

• NACIONAL

AFRICANOS VISITAM QUILOMBOLAS

Integrantes de movimentos sociais da Etiópia, de Gana, do Quênia e da África do Sul visitaram em março diversas comunidades quilombolas do Norte de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Em Minas os africanos conheceram a comunidade de Gorutuba, o projeto piloto de alfabetização quilombola, o Acampamento Novo Palmares e a comunidade de Brejo dos Crioulos, que faz parte da mesma região. No Rio Grande do Sul o grupo se encontrou com quilombolas na cidade de Canguçu e Maçambique, localizadas no sul do estado. Os africanos também participaram do seminário "África e Norte de Minas", organizado pela Universidade Estadual de Montes Claros, e do II Encontro Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Porto Alegre (RS).

Fonte: Jornal Hoje em dia e Correio do Povo.

• NOS ESTADOS

MA

ALCÂNTARA 1: MILITARES DEVASTAM PLANTAÇÃO DE QUILOMBOLA

Militares do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), da Aeronáutica, destruíram no dia 10 de março a plantação de um quilombola de 64 anos, morador de Trajano, umas das comunidades deslocadas para as agrovilas criadas para a instalação do CLA.

A lavoura estava em uma área que pertence à Aeronáutica, mas originalmente abrigava a comunidade quilombola Pepital. Segundo o Centro Pelo Direito à Moradia e Contra Despejos (Cohre), os moradores de Trajano cultivam alimentos nessa região por não possuírem terras suficientes para garantir a subsistência de suas famílias no local para onde foram transferidos.

Fonte: COHRE

ALCÂNTARA 2: PROJETOS PARA A JUVENTUDE QUILOMBOLA

Apesar da situação delicada em que vivem os quilombolas de Alcântara, em março dez comunidades da região beneficiaram-se com o lançamento do programa Consórcio Social da Juventude Quilombola. O objetivo é capacitar 500 jovens para o mercado de trabalho com qualificação técnica e formação básica para a cidadania, incluindo história do negro, educação ambiental, empreendedorismo e inclusão digital. O programa é uma iniciativa do Ministério do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho em parceria com organizações sociais do município e coordenado pela Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq).

Fonte: COHRE e Jornal Pequeno

DAMÁSIO 1: QUILOMBOLAS ENCONTRAM PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Em abril, lideranças quilombolas de Damásio – localizada no município de Guimarães, noroeste do Maranhão - foram recebidas pelo Presidente Lula em

Brasília. A comitiva apresentou ao presidente uma pauta de reivindicações, entre elas: criação de uma biblioteca comunitária e de uma escola técnica agrícola para a região de Guimarães e municípios vizinhos; construção de habitações e praças nas comunidades quilombolas; e titulação das terras de Damásio. Lula se comprometeu a dar atenção às reivindicações dos quilombolas, que também realizaram reuniões com outras autoridades governamentais.

Fonte: Jornal Pequeno

DAMÁSIO 2: JOVENS ADQUIREM TÍTULO DE IMÓVEL RURAL

No dia 22 de março, o Clube Juventude Caminho Aberto, composto por 26 jovens da comunidade de Damásio, recebeu títulos de terra que correspondem a 42 campos de futebol. Mas eles ainda terão que pagar por tais terras. A comunidade de Damásio foi escolhida para o projeto piloto do Programa Terra Negra Brasil, da Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA em parceria com a Seppir. O projeto pretende estender o Programa Nacional de Crédito Fundiário aos jovens quilombolas, financiando a compra de imóveis rurais por agricultores familiares em "áreas não passíveis de desapropriação para a reforma agrária".

Os jovens de Damásio receberam um Crédito Fundiário de R\$ 67 mil para a compra da propriedade e outros R\$ 340 mil para investirem em infra-estrutura comunitária e produtiva. Agora terão até 17 anos para pagar as terras ao governo, com taxas de juros entre 3% e 6,5% ao ano.



Site do Governo do Estado do Maranhão

Comunidade de Damásio (MA)

O projeto é uma extensão para o plano nacional de um programa surgido em Santa Catarina para corrigir a situação em que um grande número de trabalhadores rurais negros não acessava as políticas públicas.

O que é um bom negócio para os agricultores familiares é de valor duvidoso, porém, no caso de agricultores quilombolas, já que estes, por lei, não devem pagar por suas terras. Além disso, a terra adquirida é sobreposta ao território coletivo reivindicado pela comunidade, criando um complicador para o seu processo de regularização via artigo 68 (ADCT) da Constituição Federal.

Fonte: OQ/KOINONIA

Programa Terra Negra Brasil

tel.- 0800-787000

e-mail: creditofundiario@mda.gov.br
Site: www.creditofundiario.org.br

RN

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA AMEAÇA SINBAÚMA

Em Sibaúma - comunidade localizada a 90km de Natal (RN) - há uma placa informando que a área é de Preservação Ambiental e historicamente tratava-se de um quilombo, mas essa definição não impede a especulação imobiliária de expulsar quilombolas de suas terras ou os obrigarem a dividir espaço com

hotéis, restaurantes e casas de veraneio. O problema tende a se agravar, pois segundo os moradores da região, em breve será implantado o projeto Nova Pipa que tornará a região em pólo turístico de luxo com campos de golfe, pousadas e pista de pouso. Além disso, no rio que abastece os quilombolas há viveiros de camarão que, segundo pesquisadores da Universidade Federal (UFRN), já destruíram cerca de 75% do manguezal da região. A comunidade formada por 1200 pessoas luta pela titulação de 12 quilômetros quadrados de terra para produzir alimentos. O processo de regularização está sendo encaminhado pelo departamento de Antropologia da UFRN, responsável pela elaboração de um relatório sobre o quilombo de Sibaúma.

Fonte: Diário de Natal

PE

CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS E O MST

Com o objetivo de se desculpar pela ocupação da Fazenda Velha, parte do território de Conceição das Crioulas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra de Pernambuco enviou uma carta à comunidade. O MST agradeceu a compreensão dos quilombolas de Conceição das Crioulas, que entenderam o equívoco e aguardaram a organização das famílias acampadas para deixarem a área. A Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC) também foi convidada pelo MST para fazer parte da Via Campesina, rede internacional que reúne movimentos que lutam pelo direito à terra. O movimento afirmou na carta que eles e os quilombolas compartilham a mesma luta: "contra o latifúndio, os grileiros, os fazendeiros invasores de ter-

ras e a opressão no campo. E só a união entre todos e todas que sofrem com essa realidade opressora é que pode fortalecer essa luta." Além do pedido oficial de desculpas, o MST organizou um debate para conhecer melhor a conjuntura da luta quilombola no estado de Pernambuco.

Fonte: OQ/KOINONIA

MT

ORDEM JUDICIAL CONTRA MATA CAVALO

A Justiça Federal concedeu a sexta liminar de reintegração de posse para proprietários de áreas ocupadas por quilombolas de Mata Cavallo, em Nossa Senhora do Livramento (MT). O juiz Jeferson Schneider determinou que a multa pelo descumprimento da ação, de mil reais ao dia, seja paga pela FCP, instituição que emitiu títulos de terras aos quilombolas considerados nulos pela Justiça. Segundo Gonçalves Almeida, membro da Associação Quilombola da comunidade, nenhuma das ordens judiciais foi cumprida e as famílias continuam morando nas áreas em questão. As seis liminares são dirigidas a pequenas propriedades dentro da área total de Mata Cavallo, 14 mil hectares. Com a última decisão judicial, aumenta para 65 o número de famílias notificadas. De acordo com Gonçalves Almeida, a comunidade não tem mais esperança nas ações do Incra de Mato Grosso. Questionado sobre a demora para uma resolução do caso, o superintendente do Incra-MT, Leonel Wohlfahrt, afirmou que o órgão teve que aprender a lidar com as questões quilombolas. "Ali [em Mata Cavallo] estão em jogo áreas de fazendeiros que em outras épocas foram beneficiados

pelo governo do estado, que titulouse e vendeu as terras. Essas pessoas pagaram pelas terras. Estão todas registradas no mesmo cartório", afirmou Wohlfahrt.

Fonte: Diário de Cuiabá

AL

PROTESTO CONTRA REINTEGRAÇÃO

Moradores da comunidade de Tabacaria, localizada no interior de Alagoas, realizaram, no mês de março, um protesto em frente ao Fórum do município de União dos Palmares. O motivo da manifestação foi a decisão da Justiça alagoana de conceder a reintegração de posse das terras ocupadas por eles. O advogado responsável pela ação contra a comunidade alega que as famílias que ocupam a fazenda não são quilombolas e estão lá há pouco tempo. Após o protesto, o Ministério Público declarou que as partes interessadas serão ouvidas novamente para que seja reconhecida a competência ou não da Justiça estadual para solucionar o impasse.

Fonte: Gazeta Web

ES

LEGISLAÇÃO PARA REDUÇÃO DO PLANTIO DE EUCALIPTO

A Câmara de Vereadores de Conceição da Barra está analisando desde março uma proposta de lei municipal do vereador Wellington Pina (PRTB) que prevê a redução do plantio de eucalipto no entorno dos territó-



Apoena

Comunidade de Linharinho (ES)

rios quilombolas no norte do estado. As sessões estão ocorrendo com a participação de lideranças quilombolas. Caso seja aprovada, a lei garantirá que não haja nenhum plantio de eucalipto em cerca de 20% das áreas próximas às comunidades remanescentes de quilombos. Segundo o autor do projeto de lei, a decisão final da Câmara deverá sair no dia 31 de abril. Hoje 70% do município de Conceição da Barra é coberto por plantações de eucalipto. No início do mês de março houve uma audiência pública com a participação de quilombolas, autoridades públicas e movimentos de defesa dos direitos humanos para discutir a violência que a monocultura de eucalipto causa às comunidades.

Fonte: site Século Diário

RJ



JM Arruti

Família Leite no II Encontro de Etnodesenvolvimento Quilombola

II ENCONTRO DE ETNODESENVOLVIMENTO QUILOMBOLA

Nos dias 29 e 30 de abril aconteceu, em Itacuruçá (RJ), o II Encontro de Etnodesenvolvimento Quilombola, que reuniu as comunidades da Ilha da Marambaia, localizada em Mangaratiba; Alto da Serra, localizada no distrito de Lídice, e Preto Forro, em Cabo Frio. O evento contou com a presença de mais de cem quilombolas, entre idosos, jo-

vens e crianças, e fez parte do Projeto Piloto Etnodesenvolvimento Quilombola, desenvolvido por KOINONIA em parceria com o MDA. O objetivo é capacitar as comunidades envolvidas para desenvolverem projetos de desenvolvimento sustentável. Entre as atividades realizadas no evento, houve uma retrospectiva do I Encontro, que ocorreu na comunidade de Alto da Serra em dezembro de 2005; uma exposição fotográfica sobre as três comunidades; troca de experiências sobre o processo de capacitação e, por fim, uma apresentação teatral do grupo **Filhos da Marambaia**. O evento contou com a presença da representante da FCP, Bernadete Lopes, que afirmou o compromisso da Fundação em garantir assessoria jurídica a todas as comunidades remanescentes de quilombo.

Fonte: OQ/KOINONIA

Assessoria jurídica da FCP:
tel.: (61) 3424-0109, 3424-0174,
3424-0163

MARAMBAIA 1: SIMPÓSIO NEGA A EXISTÊNCIA DE QUILOMBOLAS

Cerca de 20 quilombolas da Ilha da Marambaia marcaram presença no III Simpósio Técnico-Científico sobre a Marambaia, organizado pelo Departamento de Biologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) entre os dias 20 e 22 de março. Eles levaram uma faixa como forma de protesto na qual lia-se: *"Existimos. Comunidade da Ilha da Marambaia preservando o meio ambiente há mais de 100 anos"*. Isso porque souberam que o enfoque do Simpósio não só ignorava a existência dos quilombolas, como alimentava a retórica ambientalista da Marinha de Guerra, que

alega que os quilombolas degradam a área. Durante o Simpósio, a antropóloga Nanci Vieira fez uma retrospectiva histórica da região sem mencionar o período da escravidão, afirmando que não existiram senzalas na ilha. Os quilombolas presentes ficaram inconformados: "A Profa. Nanci Vieira ignorou o período da escravidão. Deu ênfase aos períodos anteriores, em que, segundo ela, existiam apenas índios naquele local. (...) Felizmente, a Profa. Luciana Amorim contrariou vários de seus argumentos, deixando claro que a comunidade não é a vilã na história", afirmou Adriano de Lima, ex-morador da Ilha e representante da Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj). Desde os anos 90, o Departamento de Biologia da UFRRJ mantém um convênio com a Marinha para desenvolver estudos na região, mas a comunidade quilombola jamais foi consultada ou mesmo incluída nessas pesquisas, que tratam da flora e da preservação ambiental.

Fonte: OQ/KOINONIA

MARAMBAIA 2: VISITA DA MINISTRA MATILDE RIBEIRO

A Ministra da Seppir, Matilde Ribeiro, esteve na Ilha da Marambaia no dia 12 de abril. Ela se reuniu primeiro com o Comando Militar da Marinha, que administra a região. Para decepção dos quilombolas, eles não puderam falar diretamente com a ministra, que só esteve com eles durante uma "mesa" organizada pelos militares. Nessa situação formal, Matilde Ribeiro disse não acreditar que a regularização das terras saísse antes da próxima gestão do governo.

Fonte: OQ/KOINONIA

MARAMBAIA 3: ATO PÚBLICO

Quilombolas da Ilha da Marambaia (Mangaratiba), Alto da Serra (Lídice), Preto Forro (Cabo Frio), Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis) e Campinho da Independência (Paraty) reuniram-se em 30 de abril para realizar um Ato Público pela titulação das terras remanescentes de quilombo da Ilha da Marambaia. O evento foi promovido pela **Campanha Marambaia Livre!** formada por diversas entidades como a Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (Arquimar), Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj) e **KOINONIA**. Mais de cem pessoas participaram, entre elas autoridades governamentais da Seppir; da FCP; e do Núcleo de Campanha do Plano Diretor do Ministério das Cidades. Os participantes do Ato organizaram uma passeata que percorreu diversas ruas da cidade de Itacuruçá, localizada no município de Mangaratiba (RJ), para informar a população sobre os direitos

Manoela Vianna



Ato público em Itacuruçá (RJ)

dos quilombolas. Após a passeata, diversas pessoas manifestaram apoio à Campanha Marambaia Livre!. Bernadete Lopes afirmou que a FCP apóia a luta da Marambaia. O Ato Público foi encerrado com uma apresentação de jongo realizada por membros das comunidades de

Campinho, Bracuí e da Ilha da Marambaia.

Fonte: KOINONIA

SP



Valter Santos/SJDC

Secretário Hélio Silva Jr. entrega relatório ao morador mais velho da comunidade

MORRO SECO É RECONHECIDA OFICIALMENTE

A comunidade Morro Seco, localizada em Iguape (SP), recebeu em março o relatório técnico-científico entregue pelo secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Hélio Silva Júnior. O documento reconhece oficialmente a comunidade como quilombola, dando início ao processo de regularização do território. Muitos moradores já possuem documentos de propriedade da terra que ocupam, mas há áreas que foram vendidas. Assim, o ITESP quer que o governo federal desapropriar esses terrenos e emita um título de domínio para a associação de Mangue Seco, reconstruindo esse território quilombola. Silva Júnior afirmou que mais dez comunidades podem ser reconhecidas até o final do ano em SP. "Só estamos fazendo a nossa parte porque as comunidades lutaram e resistiram", afirmou o secretário.

Fonte: Portal do Governo do Estado de São Paulo

Grupo Quilombos do Itesp:

End.: Av. Brigadeiro Luís Antônio, 554
Bela Vista. CEP: 01318-000,
São Paulo (SP)
tel.: (0xx11) 3293-3384 /3293-3300.
e-mail: itesp@itesp.sp.gov.br

• NACIONAL

**DESENVOLVIMENTO
QUILOMBOLA**

Nos dias 9 e 10 de junho a Associação Brasileira de Antropologia realizou, em parceria com o MDA, em Goiânia, o seminário Economia e Populações Quilombolas. O encontro reuniu comunidades quilombolas, representantes do governo federal, organizações não-governamentais e pesquisadores. Foram discutidos diversos temas, entre eles: projetos de desenvolvimento, perspectivas da temática quilombola, políticas públicas e propostas para a inclusão social dessas populações. As atividades do seminário, como produção de relatórios de grupos de trabalho, apresentações de antropólogos e exposições dos gestores públicos, serão base para uma publicação e para a elaboração de documentos.

Fonte: Memória Lélia Gonzalez

**ABA EM DEFESA DOS
QUILOMBOLAS**

Durante a 25ª Assembléia Geral da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada em junho na cidade de Goiânia, foi produzido um documento sobre as políticas governamentais para quilombolas. Segundo o texto, a ABA considera que "a Política Oficial para Comunidades Quilombolas deve priorizar a regularização fundiária desses territórios étnicos. As demais (...), embora necessárias, não devem substituir o cumprimento de tal prioridade." Além disso, o

documento elege as comunidades da Ilha da Marambaia (RJ) e de Alcântara (MA) como casos que demandam atenção e ação especiais do Estado brasileiro, por envolverem terras da União e presença das Forças Armadas. De acordo com a ABA, "a comunidade da Marambaia sofre constrangimentos diários no exercício de seus direitos humanos fundamentais tais como direito de ir e vir livremente, acesso à educação, saneamento básico e moradia, além do direito de assistência por parte de órgãos da administração pública e organizações da sociedade civil (...)" No caso das comunidades de Alcântara, para a ABA, a falta de um posicionamento por parte do governo quanto à regularização fundiária tem exposto os quilombolas a situações constrangedoras como a expulsão e interdição do uso do espaço tradicional de cultivo de suas roças por parte de soldados armados. O documento é encerrado com uma manifestação da ABA em defesa dos Direitos Humanos e Étnicos das comunidades quilombolas.

Fonte: OQ/KOINONIA

**NÚMEROS OFICIAIS DE
COMUNIDADES**

A FCP registrou até hoje 743 comunidades quilombolas, mas estima-se que existam pelo menos duas mil distribuídas por todo o País. Segundo a Seppir, uma das justificativas para a dificuldade de obter informação sobre as comunidades é o fato dessas terem optado, durante muito tempo, pelo isolamento como estratégia de auto-preservação.

Fonte: Secretaria de Imprensa da Presidência da República.

DIVERSIDADE QUILOMBOLA

Em junho comunidades do PA, SE, GO e RS participaram da III Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada em Brasília e promovida pelo MDA. Os quilombolas expuseram uma grande diversidade de objetos produzidos nas comunidades. Moradores de Kalunga de Teresina (GO) apresentaram produtos de barro, como vasilhas e bandejas. Quilombolas gaúchos representados pelas comunidades de Limoeiro, Teixeiras e Casca comercializaram mantas, ponchos de lã e bolsas de palha de bananeira (RS). A lã produzida por eles é tingida através de um processo natural, utilizando chás diversos e sem uso de corantes industriais. Do estado de Sergipe participou o Grupo de Mulheres Produtoras Quilombolas (Grumaq), moradoras de Mussuca. Elas produzem artesanato, vendido em sua comunidade para turistas e até por encomenda. A feira também contou com a presença da Associação Quilombola Vida para Sempre (AVPS) da comunidade de Jacarequara (PA). Os paraenses apresentaram aos visitantes a "Arte Quilombola Flor da Pedra", utilizada para a produção de colares. Também expuseram objetos de sisal e fibra de buriti.

Fonte: MDA

**AGENTES DE REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA REUNIDOS**



I Encontro Nacional dos Agentes de Regularização de Territórios Quilombolas

Em maio, representantes de diversos órgãos ligados à temática quilombola reuniram-se no Encontro Nacional dos Agentes de Regularização de Territórios Quilombolas, realizado em Brasília e promovido pelo MDA. Um dos principais temas abordados no evento foi a padronização dos atuais procedimentos de regularização de terras quilombolas no país. Estiveram presentes o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a ministra da Seppir, Matilde Ribeiro, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, o presidente da FCP, Ubiratan Castro, e a procuradora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - Índio e Minorias do Ministério Público Federal, Deborah Duprat. Foram realizados debates sobre políticas públicas para quilombolas, apresentação dos fluxogramas dos processos e experiências das superintendências do Incra e grupos de trabalho. O procedimento administrativo para a regularização de territórios quilombolas no Incra começou há apenas dois anos. Desde então há cerca de 300 processos de regularização abertos e em análise pelo Instituto.

Fonte: MDA e Agência Brasil

OFICINA TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

O processo de regularização das comunidades remanescentes de quilombo foi o tema central do I Workshop Territórios Quilombolas – Questões Legais, Sociais e Técnicas, realizado no final de junho em Recife (PE). O evento foi promovido pelo Incra nacional, em parceria com o Departamento de Engenharia Cartográfica da Universidade Federal de Pernambuco, e com a universidade canadense New Brunswick. Estiveram presentes

quilombolas e representantes de organizações não-governamentais. Durante a oficina, foram apresentadas as ações do projeto de Infra-Estrutura Geoespacial Nacional. Ele é resultado de uma parceria entre os governos brasileiro e canadense com o objetivo de contribuir na adoção de um sistema de coordenadas compatível com tecnologias de satélites para a demarcação de terras.

Fonte: MDA

• NOS ESTADOS

MA

AGROEXTRATIVISMO

O programa Comunidades Tradicionais da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável ligada ao Ministério do Meio Ambiente está financiando projetos agroextrativistas em comunidades quilombolas do Maranhão. Inicialmente serão executados 14 projetos de até R\$ 5 mil cada. A medida irá beneficiar cerca de 340 famílias que trabalham na coleta do babaçu, na produção artesanal com fibra de buriti e no manejo da polpa de juçara, além de outras atividades sustentáveis.

Fonte: Agência Brasil

VIOLÊNCIA EM MALAQUIAS

Trinta famílias de quilombolas de Malaquias – comunidade localizada em Vargem Grande (MA) – foram expulsas de suas terras por força policial, no dia 19 de maio. O despejo ocorreu de forma violenta e ilegal, segundo denúncias encaminhadas à Secretaria Especial de Direitos Humanos e outros órgãos públicos. De acordo com autoridades que visitaram o local, tudo que havia na comunidade foi incendiado durante o despejo. Após



a retirada dos quilombolas, um fazendeiro ocupou o local com gado. A retirada dos moradores de suas terras ocorreu após um mandado judicial, mas esse determinava a desapropriação de apenas dez residências. A partir das denúncias o deputado Domingos Dutra (PT), que visitou a comunidade, entregou ao juiz Roberto de Paula uma petição solicitando a reintegração de posse da área em benefício dos quilombolas. A presidência da República determinou que a FCP, o Incra e a Secretaria dos Direitos Humanos acompanhassem o caso.

Fonte: Jornal Pequeno e Agência Brasil

PI

QUILOMBOLAS DO PIAUÍ EM SEMINÁRIO

Técnicos da Superintendência do Incra no Piauí e 150 quilombolas do estado participaram em maio do Seminário Regional das Comunidades Quilombolas do Território de Picos e Paulista sobre Resgate Histórico e Cidadania do Povo Negro. O evento promovido pela Coordenação Estadual das Comunidades

Quilombolas do Piauí (Cecoq/PI) foi realizado no município de Simões, localizado na região centro-sul do estado. A Cecoq/PI vem desenvolvendo, por meio de parcerias, inclusive com o Incra, a identificação e o reconhecimento de comunidades do PI, além de acompanhar projetos de desenvolvimento sustentável voltados para quilombolas.

Fonte: MDA

AL

QUILOMBOLAS SE MOBILIZAM PELA TERRA

Cerca de 500 integrantes de comunidades quilombolas alagoanas acamparam, em junho, no centro de Maceió. O objetivo do encontro, promovido pelo movimento Pró-Quilombola, foi exigir do Incra agilidade no processo de titulação das terras quilombolas de Alagoas. A comunidade de Tabacaria, localizada no município Palmeira dos Índios, era uma das presentes que reivindicavam seu direito pela terra. Durante a manifestação, os quilombolas realizaram festividades e assistiram a apresentações de grupos artísticos.

Fonte: Tribuna de Alagoas e Site Gazetaweb

SE

CODEVASF APÓIA LAGOA DO CAMPINHO

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) vem apoiando os quilombolas da Lagoa dos Campinhos, localizados no município de Amparo do São Francisco. A companhia desenvolve, desde do final de 2005, o Projeto Lagoa Campinhos com o objetivo de garantir a pesca para as 90 famílias da comunidade. O Projeto prevê o repovoamento de peixes na lagoa a cada 60

dias. No mês de maio 10.000 peixes da espécie Tambaqui serão introduzidos. Além disso, a comunidade tem realizado cursos relacionados à piscicultura, promovido pela Codevasf, e participou do Feirão de Artesanato e Produtos Regionais do Baixo São Francisco, que ocorreu na sede da Companhia.

Fonte: Site Infonet Notícias

BA

RELATÓRIO DE PAU D'ARCO PUBLICADO

O resumo do Relatório Técnico de Identificação, Reconhecimento e Delimitação (Rtird) e um memorial descritivo do território quilombola Pau D'Arco Parateca foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, no mês de maio. Há mais de dez anos, 500 famílias que vivem na comunidade lutam pela titulação das terras, localizadas no município de Malhada, no oeste baiano. Cerca de 80% dos 41.780 hectares reivindicados pelos quilombolas pertencem à União e estão nas margens do Rio São Francisco. Além dessas terras, oito propriedades particulares serão incluídas no processo de regularização fundiária. A partir da publicação do relatório, produzido pelas universidades Federal e Estadual da Bahia, correrá o prazo de 90 dias para que as partes interessadas contestem o documento. Após esse período, e solucionadas as possíveis contestações, o Incra deve titular a comunidade.

Fonte: MDA

TO

ENCONTRO DE COMUNIDADES DO TOCANTINS

Entre os dias 10 e 12 de maio aconteceu na cidade de Brejinho

de Nazaré o I Encontro de comunidades quilombolas do Estado do Tocantins. Participaram do evento, promovido pelo governo estadual e federal, representantes de 15 comunidades com o objetivo de dar visibilidade para a temática quilombola. O encontro também discutiu estratégias de superação das desigualdades sociais; políticas de gênero e raça; além de ter possibilitado troca de experiências.

Fonte: A Tarde

MT

QUILOMBOLAS EM FESTA DO PANTANAL

Visibilidade para a existência de mais de 70 comunidades quilombolas no Mato Grosso. Esse foi o objetivo da participação de moradores de Capão Verde, Mutuca, Campina de Pedra e Jejum, comunidades localizadas em Poconé (MT), na 13ª Festa Internacional do Pantanal, realizada na última semana de abril, em Cuiabá (MT). Os quilombolas expuseram, durante quatro dias, artesanato e produtos como balas e doces, feitos a partir da cana-de-açúcar e banana. "Essas comunidades não precisam de piedade (...) Eles são trabalhadores com grande experiência na agricultura e produção de alimentos, inclusive com absoluto respeito ao meio ambiente. Tudo o que eles precisam é de apoio institucional e técnico para desenvolver suas habilidades e viver com mais dignidade," destacou o sociólogo Antônio Moura, coordenador de um projeto voltado para comunidades negras rurais de Poconé.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social do Governo de Mato Grosso e Site 24 horas news



FUNASA E QUILOMBOLAS

As necessidades das comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul foram destaque na reunião realizada no dia 10 de maio, na Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), localizada em Campo Grande. O coordenador regional da Funasa no estado, Pedro Paulo de Siqueira Coutinho, e outros representantes do órgão receberam autoridades da Seppir, da Presidência da República, da Coordenação Estadual das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de MS (Conerq) e da Instrução Processual das Comunidades Quilombolas. Atualmente a Funasa realiza ações de construção de rede de abastecimento de água e de melhorias sanitárias domiciliares em quatro comunidades do Mato Grosso do Sul. Além disso, ainda cede um espaço físico para a Conerq, no prédio localizado em Campo Grande. Segundo o chefe da Divisão de Administração da Funasa, Gilmar Gonçalves, a Fundação também participou do trabalho de identificação de novas comunidades negras rurais quilombolas no Estado. Através do levantamento foram apontadas 12 comunidades: Orolândia (Rio Negro), Família dos Quintinos (Pedro Gomes), São Sebastião (Sonora), Furnas dos Baianos (Aquidauana), São Miguel (Maracaju), Buriti (Campo Grande), Os Pretos (Terenos), Picadinha (Dourados), Santa Tereza (Figueirão), Família Araújo e Família Cardoso (Nioaque) e Família Cardoso (Bonito, na margem do Rio Miranda).

Fonte: Site Agora MS

KALUNGAS CONCLUEM ENSINO FUNDAMENTAL

Após dois anos de estudos nos fins de semana, 38 moradores de Engenho II, com idades entre 17 e 49 anos, concluíram, em junho, o ensino fundamental. Eles participaram do programa Telecurso 2000, promovido pela Fundação Roberto Marinho em parceria com a Seppir. A formatura foi comemorada com festa na Escola Joselina Francisco de Engenho II, uma das comunidades que formam o quilombo de Kalunga, localizado no nordeste do estado de Goiás. Até o final de 2007, mais 202 quilombolas de Kalunga e de outras comunidades da Bahia e de Pernambuco também devem concluir o ensino fundamental por meio do mesmo programa.

Fonte: O Globo

INTERNET CHEGA A KALUNGA

Durante o mês de junho, o projeto de inclusão digital Quiosque Cidadão, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento do Ministério da Integração Nacional, foi implantado em três comunidades de Kalunga (GO). Duas das comunidades beneficiadas não têm energia elétrica, mas a instalação dos computadores foi possível por meio de painéis solares. Além de ser uma fonte de informação, a internet será usada para a divulgação da cultura local.

Fonte: Diário da Manhã

DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA

Organizações sociais e comunidades quilombolas denunciaram uma ação violenta da Polícia Militar de Minas Gerais contra quilombolas Gurutubanos que ocupavam a fazenda Santa Luzia, em Porteirinha, a 582 quilômetros de Belo Horizonte. Segundo a denúncia, cerca de 30 famílias quilombolas foram despejadas pela Polícia Militar (PM) de forma violenta e sem ordem judicial. Testemunhas informaram que latifundiários acompanharam o despejo. De acordo com registro da PM, dez adultos foram presos em flagrante e três menores detidos. Os quilombolas despejados reivindicam 45 mil hectares de terras na região. A denúncia foi assinada por 19 entidades.

Fonte: Adital e Jornal O Tempo



Aluísio dos Santos,
da comunidade
de Preto Forro, RJ

QUILOMBOLAS NA PAUTA DE DEPUTADOS

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais se reuniu em junho para discutir os problemas de 142 famílias quilombolas que vivem e trabalham na área do Parque Estadual de Grão Mogol, região de Montes Claros, norte de Minas Gerais. Os quilombolas estão ameaçados de despejo de uma área de 33,5 mil hectares. O presidente da Comissão, deputado Durval Ângelo (PT/MG), disse que o parque foi criado por decreto do governo mineiro, em 1998, sem considerar a situação dos posseiros. Desde então, os moradores não podem mais plantar, reformar ou ampliar suas moradias. Até agora o governo não fez o cadastramento das famílias e está suspensa a revisão da área do parque, por meio de um decreto. Existe uma proposta que prevê a retirada das fazendas Cardoso e Andorinha, onde reside grande parte das famílias, do Parque. Representantes da Comissão Pastoral da Terra criticaram a ausência do Inbra na assembléia e a demora para que o órgão solucione os problemas das comunidades quilombolas da região.

Fonte: Agência de Notícias Minas de Fato

I ENCONTRO DE QUILOMBOLAS DO NORTE DO ESTADO

Comunidades remanescentes de quilombo como Brejo dos Crioulos e Gortuba realizaram o I Encontro dos Quilombolas do norte do estado de Minas Gerais, em junho, na cidade de Montes Claros (MG). Cerca de 300 pessoas, representantes de dez comunidades, estavam presentes no evento, que discutiu auto-reconhecimento, valoriza-

ção da cultura e regularização dos territórios quilombolas, entre outros temas.

Fonte: OQ/KOINONIA

ES

AUDIÊNCIA PÚBLICA PELA TITULAÇÃO DO SAPÊ DO NORTE

A Comissão Quilombola do Território do Sapê do Norte, região formada pelos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, localizados no norte do Espírito Santo, e a Comissão Estadual de Direitos Humanos promoveram no dia 12 de junho uma audiência pública na Assembléia Legislativa do estado, em Vitória (ES). O objetivo era solicitar apoio de deputados para que o processo de titulação das terras quilombolas dessa região, responsabilidade do Inbra, seja agilizado. A audiência foi articulada com apoio de deputados do PT e do Psol. A mobilização também foi uma resposta às ações da empresa Aracruz Celulose que vem acusando quilombolas e índios de calúnia. Esses grupos, além de diversas entidades, vêm tentando informar a sociedade sobre os prejuízos econômicos, sociais e ambientais causados pela Aracruz. Segundo o projeto Territórios Quilombolas no Espírito Santo, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), os quilombolas capixabas têm direito a cerca de 50 mil hectares ocupados por empresas, como a Aracruz Celulose.

Fonte: Site do Século Diário

EMPRESAS DE CELULOSE IMPÕE RESTRIÇÕES A QUILOMBOLAS

Quilombolas de São Domingos, comunidade localizada no município São Mateus, norte do Espírito Santo, foram proibidos, por ordem judicial, de recolher

restos de eucalipto de empresas de celulose. As sobras de eucalipto são usadas na produção de carvão para garantir a subsistência dos quilombolas. Segundo a juíza, autora da liminar expedida em maio, caso a ordem não seja cumprida uma multa diária de R\$ 5 mil deverá ser paga e a polícia poderá ser acionada. Os quilombolas alegam que não foram notificados da ordem. A área onde são recolhidos restos de eucalipto foi comprovada território quilombola, de acordo com estudos da Ufes, encomendados pelo Inbra.

Fonte: Site Século Diário

RJ



Rosa Peralta

Manoel de Souza, da Comunidade Caveira Botafogo (RJ)

FESTA NO QUILOMBO SÃO JOSÉ

Nos dias 13 e 14 de maio a Associação da Comunidade do Quilombo São José, localizada em Valença (RJ), promoveu uma festa de jongo em homenagem aos pretos velhos. Diversas rodas de jongo foram realizadas, além de uma missa afro, de exibições de capoeira angola, maculelê e samba de roda. A comunidade foi decorada com barraquinhas que venderam comidas típicas e artesanato local. O Quilombo de

São José tem 200 moradores que preservam tradições como o jongo, a umbanda, o calango, o terço de São Gonçalo, a medicina natural e a agricultura familiar

Fonte: Brasil Mestiço

DEPUTADO COBRA PROVI- DÊNCIAS DE MINISTRA

O deputado federal Luiz Alberto (PT/BA) enviou, no dia 8 de junho, uma carta à Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, solicitando esforços do governo para estabelecer um diálogo produtivo com a comunidade da Ilha da Marambaia, localizada em Mangaratiba (RJ). O deputado, que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, expressou preocupação com a situação da comunidade e se referiu ao Artigo 68 da Constituição Federal: "Aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Outros parlamentares como o senador Paulo Paim (PT/RS) e a deputada federal Ana Guerra (PT/MG) também já manifestaram apoio à comunidade da Marambaia.

Fonte: OQ/KOINONIA

SUSPENSO PROCESSO CONTRA SACOPÃ

Uma determinação judicial publicada no Diário Oficial de 8 de junho tranqüilizou os quilombolas de Sacopã, quilombo urbano localizado em um bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro. A 46a Vara Cível acatou a notificação do Incra e suspendeu o processo de reintegração de posse movido contra a comunidade até o órgão concluir os procedimentos administrativos de regularização fundiária

Fonte: OQ/KOINONIA

MARAMBAIA: QUILOMBOLAS VÃO À BRASÍLIA

Entre 27 e 29 de junho, moradores da Ilha da Marambaia (Mangaratiba - RJ) viajaram mais de 20 horas até Brasília para realizar audiências com autoridades governamentais. O objetivo era garantir que a comunidade fosse ouvida pelo governo, pois negociações políticas entre a Casa Civil e a Marinha, sem a participação da comunidade, estão criando obstáculos para a titulação da área reivindicada pelos quilombolas da Marambaia. Na capital, os ilhéus estiveram com representantes dos seguintes órgãos governamentais: Casa Civil; Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados Federais; Incra; MDA; Procuradoria dos Direitos do Cidadão; Procuradoria da Fundação Cultural Palmares; Secretaria Especial de Direitos Humanos; 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e Seppir. Os representantes do Ministério Público reafirmaram apoio à comunidade e declararam que o governo precisa garantir os direitos básicos dos quilombolas, como saneamento e luz, mesmo antes de efetivada a titulação. As outras autoridades governamentais declararam que a negociação com a Marinha é um processo complexo, mas que o governo pretende resolver o impasse, ainda que sem data estabelecida. A Ministra da Seppir, Matilde Ribeiro, declarou ser a Casa Civil a responsável pelo processo e, portanto, ela não poderia garantir nenhuma solução para o caso. Os quilombolas da Marambaia foram acompanhados de representantes da Associação de Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro (Acquilerj) e da instituição ecumênica KOI-

Manoela Vianna



Quilombolas vão à Brasília para garantir direito à terra

NONIA, que integram a *Campanha Marambaia Livre!*, juntamente com entidades da sociedade civil como o Centro pelo Direito à Moradia Contra Despejos (Cohre) e a Fase, que se uniram à Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (Arqimar) para pressionar o governo a garantir a permanência dos quilombolas em seu território.

Fonte: OQ/KOINONIA

SP

SECRETÁRIA DE JUSTIÇA NA CAÇANDOCA

Eunice Prudente - secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do estado de São Paulo - esteve em maio, acompanhada de representantes do Itesp, na comunidade da Caçandoca, localizada em uma região valorizada pelo mercado imobiliário, em Ubatuba (SP). Durante a visita, ela pôde comprovar os problemas enfrentados pelos quilombolas como: fechamento da escola da comunidade; ausência de recursos básicos como energia elétrica, água encanada, e cuidados médicos; além dos constantes incêndios criminosos às casas das comunidades. Esse último problema começou na década de 70 e até hoje os ameaça. Segundo o presidente da Associação do Quilombo de Caçandoca, Antônio dos Santos,



Eunice Prudente recebe reivindicações da comunidade

Dodora Teixeira/ltesp

todas as suspeitas para os crimes apontam para uma incorporadora de imóveis, autora de um processo de reintegração de posse de uma área na região. Em resposta a essa situação, Eunice Prudente se comprometeu a solicitar audiências com representantes das Secretarias da Segurança Pública e do Meio Ambiente, além do comando das polícias militar e florestal. Os quilombolas também afirmaram à secretária que a única escola da comunidade está fechada por determinação da Secretaria Municipal de Educação de Ubatuba, obrigando as crianças a caminhar quase uma hora na mata e atravessar um rio para chegar ao local do transporte para a escola mais próxima. Após a visita, Eunice se encontrou com representantes da prefeitura, que selaram o compromisso de abrir a escola de Caçandoca em breve. A Secretaria de Justiça é autora de uma ação civil pública para garantir o direito de permanência dos cerca de 200 quilombolas de Caçandoca na região.

Fonte: Portal do Governo do Estado de São Paulo

SEMINÁRIO DEBATE BARRAGEM

Nos dias 6 e 7 de junho o projeto Quilombos na Unicamp - promovido pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em parceria com o Ministério da Educação - organizou o seminário Barragem de Tijuco Alto: Barreiras ao desenvolvimento do Vale do Ribeira.

O evento, realizado no campus da Unicamp, reuniu quilombolas das comunidades de André Lopes, Galvão, Ivaporunduva, Nhunguara, São Pedro e Sapatu.

A construção da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto pela Companhia Brasileira do Alumínio, do Grupo Votorantim, no rio Ribeira de Iguape, entre as cidades de Adrianópolis (PR) e Ribeira (SP), foi o foco do evento, escolhido pelas comunidades. Acredita-se que a construção dessa barragem afetará diretamente cinco cidades, representando uma ameaça ao desenvolvimento socioeconômico da região e aos patrimônios naturais e culturais existentes na área. Fortalecer o Comitê da Campanha Contra Barragens no Rio Ribeira também foi um dos objetivos do seminário.

Fonte: Universidade Estadual de Campinas

SC

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA É TEMA DE SEMINÁRIO

A partir de debates entre educadores e representantes da mobilização do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU), a Secretária da Educação, Ciência e Tecnologia do estado realizou, em maio, o 1º Seminário Estadual de Educação Quilombola. O objetivo do evento foi discutir medidas para a elaboração de uma proposta de educação fundamentada nos princípios e valores dos remanescentes de quilombo. Durante o seminário, o Projeto de Educação Quilombola da Secretaria de Educação e do MNU foi apresentado. Esse projeto propõe uma escola diferenciada, voltada para a reconstrução da identidade quilombola. Diversas pessoas ligadas à educação, ao governo estadual e ao Ministério Público estiveram presentes no evento, que teve representação das se-

guintes comunidades: Toca, São Roque, Sertão do Valongo, Invernada dos Negros, Aldeia Campo D'Uma, Morro do Fortunato e Quilombo Cafusos de José Boiteux. Em Santa Catarina existem mais de 100 comunidades remanescentes de quilombo.

Fonte: Agência Brasileira de Notícias - ABN

RS

DESERTO VERDE CRESCE NO SUL

Empresas de celulose como a Votorantim estão plantando milhares de hectares de eucalipto no sul do Rio Grande do Sul. Habitada por uma população remanescente de quilombos, a região de Palmas, no interior do município de Bagé (RS), tem quatro mil hectares de propriedade da Votorantim cultivados por eucaliptos. Segundo as comunidades, a empresa emprega 16 pessoas e apenas uma é morador local. Os quilombolas sentem a ameaça de serem expulsos de suas terras e medo de que a água dos rios esteja contaminada pelos agrotóxicos usados na produção de celulose.

Fonte: Site Brasil de Fato

APROVADO RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE QUILOMBO DE CASCA

No dia 20 de abril foi publicada no Diário Oficial da União a portaria 10/2006 aprovando o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do INCRA sobre a comunidade Quilombo de Casca, localizada em Mostardas (RS). Com essa portaria, o órgão deverá proceder a desintrusão e demarcação das terras para finalmente emitir o título de propriedade e registro de uma área de cerca de 2.387 hectares em benefício da comunidade de Casca.

Fonte: Boletim Quilombol@, n. 14, maio/jun.

SIBAÚMA

O Rio Grande do Norte, ainda na primeira metade do século XIX, abastecia-se de escravos vindos de dois grandes centros: Pernambuco e Maranhão. De Pernambuco, os negros eram enviados para a região açucareira potiguar, sobretudo a partir de 1845, quando a indústria do açúcar foi ativada nos municípios de São Gonçalo, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Papari, Goianinha e Canguaretama. Já os negros comprados no Maranhão chegavam ao Rio Grande do Norte pelo Ceará e eram desembarcados em Areia Branca, atendendo as necessidades da indústria salineira de Açu, Mossoró, Macau e Areia Branca. O negro, portanto, atuava principalmente em dois tipos de trabalho: nas indústrias açucareira e salineira, e em menor quantidade nas fazendas de gado. Os que fugiam formavam comunidades que se isolavam da sociedade, como aconteceu com Sibaúma.

Localizada no município de Tibau do Sul, a 90 km de Natal, limita-se ao sul com o rio Catú, que a separa de Barra do Cunhaú e tem em seu território uma série de belas e grandes falésias.

A comunidade é representada pela Associação de Remanescentes de Quilombolas da Praia de Sibaúma, instituição que luta há mais de 10 anos pela retomada de suas terras, que têm sido griladas, devastadas ou vendidas. Vizinha da praia de Pipa, antiga vila de pescadores hoje ponto turístico internacionalmente conhecido, Sibaúma é alvo da especulação imobiliária, dos latifundiários e dos criadores de camarão.

Os costumes e valores atuais dos quilombolas de pouco se aproximam aos de seus ancestrais do século XIX. A pobreza junta-se ao analfabetismo ainda presente na população. Na vila, centro da comunidade, ainda há moradias de taipa. As atividades desenvolvidas pelos quilombolas de Sibaúma, sejam em Pipa ou Barra de Cunhaú, são de garçons, guias, vigias e serviços de limpeza e comércio. As mulheres concentram-se mais em



Comunidade de Sibaúma

pousadas, sobretudo na alta estação. Em menor número, há pescadores e agricultores que mantêm a cultura de subsistência. Os roçados, chamados pauls, são terras alagadiças, de extrema fertilidade. Os quilombolas esperam a titulação das terras para plantar no local e alavancar o comércio dos produtos alimentícios como batata doce, inhame, jerimum, banana, mandioca e feijão.

A titulação de suas terras é a única forma de frear este avanço brutal e inaceitável. Mas como esse processo tornará os nativos donos da terra e uma vez tituladas não poderão mais ser vendidas, vai contra os interesses econômicos dos especuladores e hoje, a comunidade sofre com inúmeros ataques de agentes externos que tentam manipular a opinião dos quilombolas, colocando-os contra os seus direitos constitucionais. Indivíduos com interesse contrário ao processo de titulação iniciaram uma campanha de desinformação, amedrontando a população e provocando conflitos internos. Com o objetivo de criarem uma "Nova Pipa", sob o pretexto da geração de novos empregos, veiculam uma idéia de desenvolvimento que se sustenta na especulação imobiliária, na venda das dunas e no deslocamento dos antigos moradores. Os quilombolas que resistem a este processo hoje são ameaçados de morte.

Daniela Yabeta

Graduanda em História - UFRJ

Fonte bibliográfica:

História do Rio Grande do Norte
Tribuna da Imprensa - Cadernos Especiais

INVERNADA DO PAIOL DE TELHA

As terras da fazenda Capão Grande, conhecida como "Fundão", localizadas no município de Guarapuava, no estado do Paraná, totalizavam aproximadamente 3000 alqueires de terra e foram deixadas para a comunidade Invernada do Paiol de Telha, formada por escravos e libertos residentes na fazenda. Assim determinou em testamento a última proprietária, Dona Baldina de Francisca de Siqueira, em 1860. Entretanto, o processo de expropriação das terras da comunidade começou logo após a morte da mesma, culminando com a expulsão total dos herdeiros em 1975.

O sobrinho de Dona Baldina, Pedro Lustroza de Siqueira, foi o primeiro a tomar terras da comunidade. Aproveitando a confiança dos herdeiros da Invernada teria se apossado de grande parte do território quilombola, reduzindo-o a menos da metade, 1240 alqueires.

O processo de expropriação prosseguiu tomando força nas décadas de 60 e 70. Em escritura datada de 17 de agosto de 1967, 28 herdeiros transferiram seus direitos hereditários para Alvy Vitorassi e João Pinto Ribeiro, em transação no valor de 100 mil cruzeiros novos. Segundo a comunidade, João Pinto Ribeiro reuniu os nomes de alguns quilombolas alegando que iria legalizar a situação das terras das famílias e cada uma teria sua documentação. Em vez disso, ele registrou uma cessão de direitos em seu nome. Aproveitando o parentesco com o juiz da cidade, seu filho, Pinto Ribeiro vendeu sua cessão para Alvy Vitorassi, empurrando a comunidade para 50% da área restante da Invernada.

A expropriação do restante do território acontece entre os anos de 1973 e 1975 com novos atores, mas utilizando métodos semelhantes. A Cooperativa Central Agrária Ltda adquiriu de Aly Vitorassi seus direitos hereditários sobre as terras antes dos remanescentes de escravos da Invernada, com um novo elemento: a medida de 1600 alqueires, abrangendo assim a pequena área ocupada pela comunidade. Em 1991, o processo foi julgado definitivamente, dando ganho de causa à Cooperativa, declarada proprietária de toda a área herdada pela comunidade.

A partir daquele momento, as violações de direitos sofridas pela comunidade passam da questão judicial para a forma física da violência.

Inconformadas com a perda de seu território, algumas famílias resolveram contestar a legitimidade do processo e se manter na terra. Como resposta, a força policial foi acionada e agiu utilizando métodos truculentos para desocupar as terras: as plantações foram queimadas, as casas e o maquinário destruídos, tiros disparados durante a noite. A memória de um membro da última família a sair da Invernada é:

"Eu fui uma das últimas pessoas a sair de lá, em 27 de setembro de 1975, (...) quem queimou tudo isso foi o doutor Pacheco (delegado). Quando eles viram que eu não saía mesmo, aí eles tentaram tirar minha vida. Tomei um projétil assim, não sei de onde veio ..."

Atualmente existem 1000 herdeiros do "Fundão" espalhados por diversos estados brasileiros, conforme pesquisa realizada pela Associação Comunidade Paiol de Telha. Cerca de 340 deles vivem na região de Pinhão, Guarapuava e Reserva do Iguazu. Uma boa parte desses descendentes, 31 famílias aproximadamente, vivem em um assentamento organizado pelo Incra. No início esse assentamento chegou a abrigar 64 famílias, mas a organização diferenciada entre assentamentos de sem-terra e comunidades tradicionais dificultou a adaptação de muitos negros, o que resultou na saída de várias famílias.

Após trinta anos de luta, os descendentes dos escravos da Invernada Paiol de Telha receberam da Fundação Cultural Palmares em 28 de setembro de 2005 a Certidão de Auto-Reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo. Esse reconhecimento oficial reacende a esperança de que um dia recuperem suas terras, o maior desejo da comunidade.

Ana Gualberto

Graduada em História - UERJ

Nédier Muller



Invernada do Paiol de Telha



Fonte bibliográfica:

○ Sangue e o espírito dos antepassados, de Miriam F. Hartung. Florianópolis: NUER, 2004
Comunidade de Invernada Paiol de Telha é o primeiro grupo reconhecido como quilombola no Paraná.
Disponível em: www.cpt.org.br - acesso em 31 de julho de 2006

um pouco de história



Ao centro, a sra. Talen, née Domingos, dança o "samba".

OS AGUDÁS: AFRICANOS NO BRASIL E BRASILEIROS NA ÁFRICA

Durante os séculos XVIII e XIX, viviam na Costa Ocidental da África, na região que hoje abrange o Benim, Togo e Nigéria, além dos africanos, traficantes negreiros brasileiros e ex-escravos que eventualmente retornavam do Brasil, antes mesmo da abolição da escravatura.

O antigo escravo retornado do Brasil, embora continuasse sendo um africano, ao chegar na África não era mais aquele indivíduo, filho de fulano, casado com sicrana, natural de tal aldeia e súdito de tal rei. Todos os seus laços familiares e sociais tinham sido cortados pela escravatura. Dessa forma, organizavam-se socialmente a partir da experiência de vida adquirida no Brasil, assimilando-se aos brasileiros já estabelecidos na região. Os seus descendentes, tanto os dos brasileiros traficantes como dos antigos escravos, são conhecidos até hoje como "brasileiros" ou ainda nas línguas locais como agudás.

Não se trata de uma comunidade de imigrantes brasileiros, trata-se de uma diferenciação étnica, cuja identidade social, assim como as outras que compõem o Estado nacional, é bem definida. A palavra agudá vem, provavelmente, da palavra "ajuda", nome português da cidade de Uidá no Benim, onde se localizava o forte português chamado de Forte São João Baptista da Ajuda, construído no final do século XVII, local de desembarque de milhões de africanos e hoje transformado em Museu Histórico.

Os agudás são facilmente reconhecidos pelos sobrenomes de origem portuguesa, como Souza, Silva, Almeida, entre outros tantos. No seu calendário festivo estão incluídas comemorações como Nosso Senhor do Bonfim, São Cosme e Damião; dançam a "burrinha", uma variação do

bumba-meu-boi, fazem desfiles de carnaval e se reúnem freqüentemente em torno de uma boa feijoada. Infelizmente, não há meios de saber com precisão quantos são, mas estima-se que eles representam cerca de 5% da população total do Benim. Embora esses descendentes de brasileiros e de antigos escravos não mantenham relações com o Brasil há mais de um século, vivem num processo permanente de construção e afirmação social do seu grupo para que não sejam diluídos no conjunto da população.

A presença da cultura brasileira foi tão forte nessa região durante esses séculos que pode ser considerada como uma forma de colonização informal e atípica. Foi por intermédio desses "brasileiros", em consequência direta do tráfico de escravos, que essa região teve acesso, de forma sistemática, a bens manufaturados, como armas de fogo, e a uma língua de expressão universal como o português.

Além disso, foram responsáveis pela introdução da técnica de alvenaria - construindo a primeira igreja católica - e chegaram mesmo a impor o português como língua oficial de uso corrente naquela costa africana. Foram tão importantes culturalmente que as primeiras escolas da região, criadas pela Missão Católica Francesa de Lyon, ensinavam português já em 1862 para os filhos desses "brasileiros". Com a administração francesa, no entanto, o português foi abolido, mas isso não impediu que diversas palavras entrassem definitivamente para as línguas regionais. Ainda hoje é comum os agudás mais velhos se cumprimentarem com "Bom-dia, como passou?".

A existência dos agudás nos leva a pensar que o fluxo e o refluxo de gente entre o golfo do Benim e o Brasil representou muito mais que o tráfico de escravos e a movimentação de navios a seu serviço. Entre as duas praias, tecia-se, no tear da tragédia, um mundo atlântico de essência negra, uma cultura nova. Assim, os agudás tornaram-se propagadores não só da cultura portuguesa africanizada no Brasil, mas também de uma nova maneira de ser e de ver-se africano aprendida dolorosamente no outro lado do mar.

Daniela Yabeta

Fonte Bibliográfica:

Agudás: os "brasileiros" do Benim, de Milton Guran – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

fala quilombola

Isaías Leite participou, entre os dias 2 e 6 de junho, do II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA), realizado em Recife (PE). A Agroecologia integra a Agronomia e a Ecologia, com o objetivo de preservar e recuperar os recursos naturais disponíveis, por meio do não-uso de agrotóxicos, da diversificação dos cultivos e da valorização da agricultura familiar. Promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que reúne movimentos, redes e organizações envolvidas em experiências de desenvolvimento rural sustentável, o II ENA contou com a presença de quilombolas de diversas comunidades de todo o país. Isaías relatou ao informativo Territórios Negros sua experiência no encontro:

Particpei primeiro do ANA, que aconteceu em maio em Nova Iguaçu (RJ). Foi interessante conhecer novas famílias e nesse encontro pude conhecer uma semente que não é tão grande, mas une toda a humanidade: Agroecologia. Achei muito interessante a palavra e seu significado. Quando fui participar do II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) a ansiedade de conhecer foi muita. Não pude recusar o convite, mesmo com a viagem um pouco turbulenta para mim. Mas tudo deu certo. Chegando lá pude abraçar o país quase todo e também um pedacinho do mundo.

No encontro, o conhecimento e a troca de experiências foi da grande importância. As ligações com outras comunidades, de outros municípios, regiões estaduais. Participar do encontro pode ajudar a minha comunidade. Antes não ajudava porque a gente não tinha grande conhecimento da nossa grande colega: agroecologia. Mas agora, sim ela pode ajudar muito e vai continuar ajudando. Ela não é simplesmente escrita em papel, ela significa nós juntos por vivermos dela. Porque vivemos dela, ela é o nosso dia-a-dia, até mesmo em nossa mesa.

[Sobre o documento final do Encontro, que reivindica a titulação das terras quilombolas:]

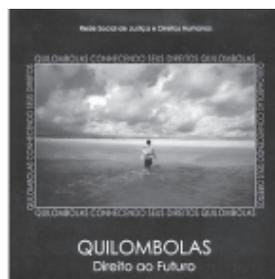
Vejo é se resolver a questão da titulação dos territórios quilombolas que posso considerar o Brasil vitorioso. Até porque o encontro não foi realizado só com quilombolas, o ENA estava representando muitíssimo bem por pessoas que estão preocupadas com a situação agroecologia do país. Os quilombolas já foram muito desvalorizados, sendo que logo no início nosso país foi começado com a mão-de-obra escrava. Então esse documento do ENA pode fortalecer a luta pelas terras.

Também aprendi no Encontro que se falta pão em sua mesa, você é que não bota a cabeça para funcionar. Dificuldades existem, mas nada que não possa ser solucionado.

Isaías Leite

Presidente da Nós da Roça – Associação de Trabalhadores Rurais de Alto da Serra, Rio Claro (RJ).

conheça:



A cartilha "Quilombolas Conhecendo seus Direitos Quilombolas - Quilombolas Direito ao Futuro". A publicação editada pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e acompanhada de um DVD esclarece leis e direitos das comunidades remanescentes de quilombo.

Mais informações:

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
Tel: (11) 3271-1237 E-mail: rede@social.org.br www.social.org.br
Rua Batista Cepelos, 28, Conj. 4, Aclimação - São Paulo, SP.
Cep: 04109-120

siglas usadas nesta edição

FCP: Fundação Cultural Palmares
Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Itesp: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Seppir: Secretaria de Promoção de Políticas pela Igualdade Racial
Ufes: Universidade Federal do Espírito Santo

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ - TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.200 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras rurais. Também encontra-se em formato digital no site OQ. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Editor: José Maurício Arruti
Assistente de edição: Rosa Peralta
Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Emília Gualberto, Daniela Yabeta, Rosa Peralta
Programação visual: Lena Benzecry
Redação: Manoela Vianna
Revisão: Helena Costa
Secretário-executivo de KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230 • Rio de Janeiro • RJ
Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016
territoriosnegros@koinonia.org.br • www.koinonia.org.br



oq@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br/oq